



JUVENTUDE  
SOCIALISTA

## Tomada de Posição Política

*Lisboa, 25 de Janeiro de 2018*

# Pelo fim da precariedade no sistema científico nacional

O programa eleitoral do Partido Socialista, apresentado nas eleições legislativas de 2015, bem como o programa de governo que norteia a ação do atual executivo, assumem como suas prioridades o combate à precariedade, bem como a necessidade de introduzir estabilidade na carreira dos investigadores no sistema científico nacional. Destas prioridades resultaram duas iniciativas basilares da ação do atual governo: o programa de regularização de vínculos precários na administração pública – PREVPAP – e o diploma do estímulo ao emprego científico, DL 57/2016.

Estas iniciativas respondiam a duas necessidades particulares do sistema do Ensino Superior e científico nacional: a regularização de vínculos precários no Ensino Superior, integrando com contratos sem termo o grande número de trabalhadores a recibos verdes ou bolseiros que cumprem necessidades permanentes do sistema; o início de um processo de contratação, ainda que a termo, de investigadores que até ao momento desenvolviam o seu trabalho como bolseiros post-doc. Iniciativas que a Juventude Socialista saúda e acompanha.

No entanto, nas últimas semanas têm vindo a público notícias no mínimo preocupantes a propósito da concretização destas intenções. Com efeito, existem apenas 51 contratos enviados à FCT para financiamento no âmbito do DL 57/2016, apesar de haver 748 bolseiros já sinalizados, sendo que muitos destes casos correspondem a bolseiros cuja bolsa já conheceu o seu término. Por outro lado, no âmbito do PREVPAP, a Comissão de Avaliação Bipartida para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CAB-CTES) regista o terceiro maior número de processos em avaliação (5981), tendo conhecido diversos atrasos no lançamento de concursos para a regularização de vínculos, tal como nas outras CAB.

Mais do que isso, são de sobremaneira preocupantes as notícias que vêm a público no sentido de que os representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), bem como os representantes das Instituições do Ensino Superior, tenham rejeitado sucessivamente os processos em análise na CAB-CTES, impossibilitando que a situação laboral de investigadores, bolseiros e professores



JUVENTUDE  
SOCIALISTA

convidados, atualmente a exercer funções de necessidade permanente, possa ser regularizada.

Ademais, os reitores de universidades portuguesas assumiram, em declarações públicas aos órgãos de comunicação social, que o motivo de rejeição desses processos se prende com a transferência de verbas para cobertura dos gastos neste processo, em clara violação da lei. Salienta-se ainda que o PREVPAP decorre independentemente da cabimentação orçamental, ajustando-se ao seu resultado e não o contrário.

Assim, a Juventude Socialista, reunida em Comissão Nacional, a 25 de fevereiro de 2018, em Almodôvar, insta o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a clarificar o seu posicionamento sobre ambos os processos, bem como a assegurar a regularização destas situações contratuais, efetivando a política de combate à precariedade assumida pelo Governo e em concretização nas restantes áreas da administração pública.

A Juventude Socialista utilizará os expedientes que tem à sua disposição no sentido de clarificar esta situação, nomeadamente através da ação dos seus deputados.